

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 5/2014

---- **PRESIDÊNCIA:** Doutora Leonor Pais -----

---- **1.ª SECRETÁRIA:** Dr.ª Cristina Matos -----

---- **2.º SECRETÁRIO:** Sr. António Fernandes -----

---- Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia dezoito de setembro. -----

---- Sendo vinte e uma horas foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais: Dr.ª Maria do Céu Sousa, Dr. Jaime Pinto Almeida, Dr. Luís Coimbra, senhor Justino Fernandes, Dr.ª Patrícia Fernandes, senhor Paulo Manuel Marques, senhor Bernardino Azevedo, e senhor Rui Filipe Coelho, presidente da Junta de Freguesia da Cunha Baixa, presidente da União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta e presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, respetivamente. -----

---- Justificaram as faltas os senhores: Dr.ª Maria do Céu Sousa, Dr. Jaime Almeida. -----

---- De acordo com o artigo 29º, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi justificada a falta do senhor Rui Coelho, presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, à sessão ordinária desta Assembleia Municipal do dia trinta de junho de 2014. -----

---- Estiveram presentes, os senhores: Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Azevedo, Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Patrício, Vereadores Dr.ª Maria José Coelho, João Lopes, Dr. Rui Ardérius e Dr. Joaquim Lúcio Messias. -----

---- Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, de trinta de junho de 2014, a qual foi aprovada por maioria, sendo as abstenções devidas a ausências à sessão. -----

-----**ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- A senhora *Presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos Membros da Assembleia. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal, Doutora *Leonor Pais* interveio para propor um voto de pesar pelo falecimento do senhor Dr. António Marques Marcelino, pois havia sido uma pessoa que dedicou muito de si e dos seus recursos pessoais em termos de energia, tempo, conhecimento e experiência à comunidade em geral. -----

----- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que também era sua intenção, em nome da sua bancada, propor um voto de louvor ao senhor Dr. António Marques Marcelino e evidenciar a pessoa, o homem, a sua postura na sociedade e a sua postura perante as associações, de apoio sem qualquer contrapartida financeira, como foi no caso da A.C.A.B, da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde, fazia parte do Complexo Paroquial de Mangualde, e por isso não podia deixar de enaltecer quer a pessoa, quer a atividade por ele desenvolvida, pelo que a bancada da coligação se associava à proposta da senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Eng.º *João Tiago* mencionou que o legado deixado pelo senhor Dr. António Marcelino no panorama cultural de Mangualde era um exemplo de cidadania e que a seu tempo poderá ser homenageado mais condignamente de uma forma que a Câmara Municipal entenda por bem. -----

----- Posta esta proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

----- A senhora Dr.ª *Ângela Tomás*, em nome da bancada do P.S., louvou o esforço da Câmara Municipal de Mangualde que ao longo dos meses de Verão realizou alguns eventos culturais em agregação com algumas associações culturais, realçando as marchas populares, as festas da cidade, com todo o esforço e dificuldades financeiras em agregar as várias entidades do concelho para que também estas pudessem participar. -----

----- Agradeceu também os vários eventos multiculturais que se realizaram, nomeadamente “a viagem do elefante”, e “o quarto crescente” que encerrou na biblioteca municipal de Mangualde com a Orquestra Poema. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Dr. *Sobral Abrantes* solicitou esclarecimento ao senhor Dr. João Azevedo quanto aos parquímetros da cidade que já estavam a funcionar, mas que a pessoa que andava a fazer a fiscalização não tinha qualquer identificação, pelo que sugeria que fosse alertada a respetiva empresa para o facto. Ainda no que se referia aos parquímetros foram retiradas algumas placas junto ao Tribunal, placas de reserva para os magistrados e que assim sendo, estes três lugares entrariam para a contagem de lugares da concessão e que não faziam parte do contrato inicial, pelo que sugeria a revisão do contrato de concessão com a inclusão de mais estes lugares e que estes revertssem como lugares para deficientes. -----

-----Também solicitou esclarecimento quanto às possíveis reuniões entre funcionários camarários e o executivo relativamente a rescisões de contratos, se estas de facto têm acontecido e se a Câmara Municipal pretende intervir mediante a Lei que foi publicada sobre essa matéria, e se já havia um estudo sobre os sectores onde poderiam haver rescisões e quais seriam os critérios para a Câmara Municipal aceitar ou recusar os pedidos de rescisão dos trabalhadores. -----

-----Questionou ainda sobre a possível intervenção da Câmara Municipal na Ponte Romana da Mesquitela, pois constou-se que se iria colocar um “tapete”. Não lhe parecia ser uma boa solução, pois havia que preservar o património histórico-cultural do concelho de Mangualde e qualquer tipo de intervenção teria que passar necessariamente pela construção de uma ponte ao lado da existente. Tinha conhecimento que foram contactados proprietários de terrenos junto à Ponte Romana, no sentido de os cederem para que se pudesse fazer a intervenção na referida Ponte. -----

-----Tomou a palavra a senhora Dr.^a *Fátima Tavares* para se congratular com a afetação de cerca de um 1000000,00€ (um milhão de euros) do PRODER em financiamentos e projetos apoiados pelo Ministério da Agricultura. A seu ver o desenvolvimento de Mangualde passará sempre pelo incremento da indústria, da economia e da apresentação destes projetos e do apoio naquilo que for possível por parte da autarquia. -----

-----No que se refere à cultura, não se repetia porque a Dr.^a *Ângela Tomás* já as havia mencionado. Tinha gostado de assistir às diversas atividades apresentadas, não tinham sido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muitas, pois todos gostariam que tivessem sido mais, mas as que ocorreram foram expressivas. -----

----- Ainda dentro do tema da cultura tinha que mencionar o “Professor Hermógenes”, se a estátua foi uma oferta à autarquia parecia-lhe bem ter sido colocada, o que não lhe parecia tão bem foi o local escolhido para o efeito. Havia uma Praça emblemática na cidade, e o sítio escolhido não faz jus à figura que representa. Este tipo de assunto deveria/poderia ser debatido entre todos os membros da Assembleia Municipal, por exemplo, para que se pudesse escolher outro local. -----

----- O senhor Eng.º *João Tiago* disse fazer dele as palavras da senhora Dr.ª Fátima Tavares, no sentido de terem havido os investimentos que houve em Mangualde, e que era bom haver pessoas com vontade de investir no concelho, pois significava que o município estava dinâmico e que era atrativo ao investimento. -----

----- Congratulou-se também pela conclusão das obras na Avenida Nossa Senhora do Castelo, não pela obra em si, mas pelo que ela representa. Esta significava uma estratégia de requalificação do centro da cidade com vista a uma melhor fruição por parte da população e que acarretou a requalificação de outras infraestruturas como o mercado municipal, o alcatroamento de algumas vias secundárias, saneamento, iluminação pública, passadeiras para peões, passeios junto às casas, etc. -----

----- Quanto ao “Professor Hermógenes”, sendo este brasileiro e sendo Mangualde um dos locais por onde passou Pedro Álvares Cabral, era normal que no largo com o seu nome se prestasse homenagem a um brasileiro. -----

----- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* agradeceu as palavras da senhora Dr.ª Ângela Tomás. Quanto às questões do senhor Dr. Sobral Abrantes disse que, no que se refere à fiscalização dos parquímetros, concordava que as pessoas em causa deveriam andar fardadas e que iria ser contactada a empresa responsável. A questão dos lugares do Tribunal também estava a ser revista. Quanto às rescisões dos contratos de trabalho, afirmou que se aguardava legislação/regulamentação adequada e que de facto já houve conversações com trabalhadores. A haver rescisões serão acordos bilaterais. No referente à Ponte Romana da Mesquitela concordava inteiramente com o senhor Dr. Sobral Abrantes,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era um monumento do concelho que não podia ser desvirtuado, se assim for verdade, por isso iria consultar os serviços técnicos da Câmara Municipal para saber o que de facto aconteceu. -----

-----Relativamente à intervenção da senhora Dr.^a Fátima Tavares, agradeceu a sua intervenção e quanto à figura do “Professor Hermógenes”, este representava a paz, a tranquilidade, a serenidade dos povos, e num momento tão difícil como o que se vive no médio oriente e as tentativas de agressão deste para com a velha europa, as decisões dos grandes países, e numa situação de crise, não só humanitária, mas também social e com perspectivas de num futuro haver graves problemas, estes sinais de paz poderão também tranquilizar o povo. A Praça Pedro Alvares Cabral foi o local escolhido para colocar a referida estátua porque era um espaço verde, de tranquilidade onde se podia praticar o yoga, num concelho tolerante, de vários credos, de várias exigências culturais, das várias artes. A estátua foi oferecida pelo Clube de Yoga de Mangualde como forma de apreço para com a cidade e por haver uma relação histórica entre Portugal e o Brasil. -----

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* solicitou esclarecimento quanto a uma situação de carência económica, falta de condições de habitabilidade na povoação de Outeiro de Espinho. A pessoa em causa já teve que abandonar a casa porque o telhado ameaçava ruir e como vereador que foi no último mandato, insistiu durante quatro anos para que se resolvesse a questão, pois havia a necessidade urgente de intervenção e passado estes anos nada foi feito. Sabia que já existia projeto, que a obra já tinha sido adjudicada, mas esta não começava. Questionava o porquê dos funcionários da Câmara Municipal de Mangualde não avançarem para a realização das obras, pois era uma intervenção de valor reduzido, cerca de 5000,00€ (cinco mil euros), que já houve outras freguesias onde se realizaram intervenções semelhantes, e a pessoa em causa tem muito mais carências. Este tipo de problemas sociais não pode demorar tanto tempo para serem resolvidos e apelava para que se resolvesse a situação e que seis meses seriam mais que suficientes. -----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. *João Azevedo*, respondeu que a infelicidade das pessoas não devia servir para ser verbo fácil na política e que a Câmara Municipal na sua última reunião discutiu este assunto pelo que todo o procedimento para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realização da obra foi feito. Os serviços técnicos da Câmara Municipal estavam a acompanhar o assunto e felicitava os serviços sociais da Câmara Municipal por todo o seu empenhamento, não só neste caso como em outros. A Câmara Municipal com toda a sua discricção estava a resolver o problema. -----

---- *Ponto Primeiro da Ordem do Dia* “**Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo**”-----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- *Ponto Segundo da Ordem do Dia* “**Derrama para o Ano de 2015**” - aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que a bancada da coligação tinha analisado os impostos propostos para 2015 de forma global para poder fazer uma análise comparativa com os restantes concelhos do distrito. Salientou que a Câmara Municipal de Mangualde estava nos primeiros lugares, mas pela negativa, porque tem taxas e impostos que só eram superadas por concelhos objeto de intervenção por planos com desequilíbrio estrutural das contas, o que nunca foi nem era o caso desta autarquia.-----

-----No entanto, existia um ponto que poderia permitir mudar a posição da bancada da coligação P.S.D/C.D.S, não para este ano, mas talvez no próximo ano, quando o senhor Presidente da Câmara Municipal elaborasse estas propostas poderia ouvir o parecer dos vereadores e dos membros da oposição e a comunidade em geral para decidir a melhor solução. Tinha conhecimento de Câmaras Municipais que votavam por unanimidade estes assuntos porque todos os membros em geral eram ouvidos e envolvidos.-----

-----Relativamente ao IMI faria uma intervenção mais aprofundada, quanto aos restantes impostos e taxas e nesta política global não poderiam estar ao lado desta Câmara Municipal, pelo que votariam contra ou abster-se-iam. -----

-----O senhor Eng.º *João Tiago*, em nome da bancada do P.S, disse que votariam favoravelmente os impostos e taxas propostos. No que se refere à derrama, não havendo possibilidade de a baixar, o valor de 1% proposto pelo executivo parecia ser aceitável. -----

-----O contribuinte obviamente gostaria de pagar zero, mas como usufrutuário dos bens públicos os impostos devem ser condizentes com o que as entidades públicas fornecem.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Como pensava que os mangualdenses hoje em dia estavam mais bem servidos, não se importava com o valor dos impostos municipais, não podia dizer o mesmo com os impostos nacionais. Quando eram retiradas competências dos tribunais, fechavam escolas contra a vontade das populações, retiravam centros de saúde, os contribuintes mangualdenses deveriam questionar o governo o porquê de continuar a pagar os mesmos impostos que os contribuintes de Lisboa ou Porto. -----

---- O senhor Eng.º João Tiago deixou um desafio à bancada do P.S.D/C.D.S, uma vez que tinham mais facilidade em falar com o governo, porque eram dos mesmos partidos, que o questionassem sobre o porquê de não haver uma baixa de impostos para os cidadãos de Mangualde ou para os do interior em geral, que estavam na mesma situação. Os Serviços que têm sido retirados aos municípios de Mangualde não foi a Câmara Municipal que os retirou, foi o estado central.-----

---- Questionou a bancada do P.S.D/C.D.S sobre que diligências haviam tomado para defender fiscalmente os mangualdenses. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada da coligação do PSD/CDS.-----

---- *Ponto Terceiro da Ordem do Dia* **“Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a aplicar em 2015”** - aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que não era deputado da Assembleia da República pelo que não se iria pronunciar sobre o orçamento de estado, mas que também não tinha ouvido nenhum hipotético candidato a primeiro-ministro dizer que iria repor fosse o que fosse.-----

----- Ao consultar as taxas de IMI do distrito de Viseu de 2013 verificou que só existiam dois concelhos com taxas superiores a Mangualde, porque tinham desequilíbrio estrutural das suas contas. Com uma taxa de 0,40% para os prédios urbanos existem cinco concelhos incluindo o de Mangualde, com uma taxa mínima de 0,30% existiam dezasseis concelhos. Setenta por cento dos presidentes das autarquias do distrito propuseram uma taxa inferior à de Mangualde e muitos têm uma situação financeira mais difícil do que Mangualde. Dizer que a taxa de IMI se mantinha a mesma desde há uns anos era dizer meia verdade, porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o que contava eram os valores arrecadados pela autarquia, e de facto a taxa era a mesma, mas os imóveis foram reavaliados e havia pessoas com aumento de 300%. -----

-----No anterior executivo, quando o senhor presidente da Câmara Municipal de Mangualde era vereador da oposição e dizia que era necessário baixar os impostos era-lhe respondido que quando fossem feitas as reavaliações o IMI baixaria, era um compromisso, agora defende-se o contrário.-----

-----A cobrança do IMI de 2012 para 2013 teve um aumento de 48,50%, neste momento, e por estimativa o próximo valor será de 1900000,00€ (um milhão e novecentos mil euros). No orçamento de 2014 o executivo previa uma receita de IMI de 1469000,00€ (um milhão quatrocentos e sessenta e nove mil euros), mas em 2013 já tinha sido cobrado 1806000,00€ (um milhão oitocentos e seis mil euros). Se estava previsto um valor mais baixo porquê que não se cobrou uma taxa mais baixa que atingisse tal valor? O valor de 1469000,00€ (um milhão quatrocentos e sessenta e nove mil euros) dava uma taxa de IMI de 0,32%, pelo que havia uma folga significativa que permitia aplicar outra taxa, e daí questionar onde iria ser aplicado esse valor, seria para restituir às juntas de freguesia as verbas cortadas? -----

-----A bancada da coligação não entendia o porquê de se aplicar uma taxa de 0,40% e sugeria que os valores a apresentar no próximo orçamento fossem corrigidos. Os mangualdenses mais uma vez por iniciativa deste executivo e com o apoio dos senhores membros desta Assembleia Municipal do P.S, com o voto contra do P.S.D/C.D.S, irão ver aprovados estes valores. Era altura de rever esta posição e ficaria bem ao senhor Presidente da Câmara Municipal reponderar/retirar este valor e apresentar uma taxa que atinga 1469000,00€ (um milhão quatrocentos e sessenta e nove mil euros).-----

-----O senhor Dr. Sobral Abrantes afirmou ainda que os mangualdenses são duplamente penalizados, por o governo e pela Câmara Municipal, a nível de impostos.-----

-----O senhor Eng.º *João Tiago* disse que concordava com o senhor Dr. Sobral Abrantes quanto ao facto dos mangualdenses serem duplamente penalizados, primeiro pelo governo e depois pela ex-Câmara Municipal do P.S.D com uma herança pesadíssima ao erário público municipal. Sugeria também que os membros da bancada do P.S.D/C.D.S da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal consultassem o site da DGAL para compararem o antes e o depois do executivo P.S. -----

-----Concordava que era necessário baixar os impostos municipais, mas primeiro era necessário haver uma almofada financeira para que isso pudesse acontecer. Os impostos eram fundamentais em política e não pode haver cobrança de impostos sem representantes.

---- O senhor Dr. *João Azevedo* disse que a dívida da Câmara Municipal representa cerca de 738,00€ (setecentos e trinta e oito euros) a cada mangualdense e os impostos e taxas apresentam estes valores porque alguém deixou a dívida na Câmara Municipal. Neste momento, existem Planos como o PRED, o PAEL, o Plano de Saneamento Financeiro para resolver o problema do endividamento.-----

---- O senhor Dr. Sobral Abrantes queria mais obra, mais transferências para as juntas de freguesias e que se baixassem os impostos, isso era o que este executivo também queria, mas é impossível. -----

---- O valor da receita do IMI colocado no orçamento, o seu remanescente era para pagar a dívida do passado, pois a situação financeira da Câmara Municipal era muito difícil, e o seu compromisso com os mangualdenses foi de não aumentar os impostos e taxas nem a dívida.-----

---- Falou-se que em 2012 o valor do IMI foi de 1202753,00€ (um milhão duzentos e dois mil setecentos e cinquenta e três euros), em 2009 foi de 114000,00€ (um milhão cento e quarenta mil euros), em 2013 foi de 1788156,00 (um milhão setecentos e oitenta e oito mil cento e cinquenta e seis euros), pelo que esta evolução na receita do IMI era para pagar a dívida deixada na autarquia.-----

---- O senhor Dr. João Azevedo disse ainda que gostaria de ter outras contrapartidas financeiras para as juntas de freguesias, resolver o problema das Etar, de resolver problemas estruturais que não foram resolvidos e que dificilmente serão resolvidos com a Tesouraria da Câmara Municipal de Mangualde. -----

---- Os valores do IMI serão para manter para que a curto prazo se possa fazer uma reavaliação. Com o novo quadro comunitário este município tem que ter a capacidade de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dar resposta aos planos temáticos/operacionais que serão apresentados e que o país terá que absorver da União Europeia. -----

---- Tomou a palavra o senhor Dr. *Sobral Abrantes* para dizer que continuavam a dizer-se meias verdades, como se fosse verdade que toda a dívida deixada fosse do último executivo, era como dizer que toda a dívida deste governo era da responsabilidade do senhor Eng.º Sócrates. Na Câmara Municipal de Mangualde já houve superavit no tempo do senhor Dr. Ramiro do Couto que deixou 32000000,00€ (trinta e dois milhões de escudos). O anterior executivo também herdou dívida, os prédios onde hoje se encontra a Rádio não tinham sido pagos e também não apareciam nas contas como dívida o que fez disparar o saldo de um ano para o outro. -----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal deveria mudar de discurso, pois já estava no executivo há cinco anos e só falava do passado. No entanto, congratulava-se com a possível abertura do senhor Presidente da Câmara Municipal e dos senhores membros do P.S para uma possível baixa do valor do IMI no próximo ano, e se esta fosse de 0,30%, a bancada da coligação votaria a favor, mas se fosse de 0,32%, valor orçamentado para este ano, até assim eram capazes de votar a favor, com as atuais condições. -----

---- O senhor Eng.º *João Tiago* informou que o executivo do P.S.D fez 12000000,00€ (doze milhões de euros) de dívida dos 17000000,00€ (dezassete milhões) existentes e isso deveu-se à falta de capacidade para negociar da pessoa em causa. -----

---- O P.S não fazia da política fiscal demagogia para depois ter que voltar a trazer problemas.-----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* disse que o executivo não subiu o valor da água, da recolha do lixo, e houve que fazer cortes estruturais como se poderia confirmar no próximo relatório de contas de abril de 2015. Ficaria extremamente satisfeito se o senhor Dr. Sobral Abrantes votasse favoravelmente o próximo relatório de contas com a redução da dívida. Gostaria de ter feito mais obras estruturais no concelho, mas não podia colocar a Câmara Municipal em desequilíbrio financeiro. -----

---- Este executivo não aumentou os impostos e estava a reduzir a dívida pública do município para preparar o município para ser mais competitivo nos próximos tempos e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para poder ser competitivo numa plataforma regional. Os municípios de Penalva do Castelo, Viseu e muitos outros da região tiveram boas práticas para poder cativar o investimento no concelho, Mangualde estava a fazer os possíveis para alterar a situação para que no futuro possa dar mais conforto às pessoas. Não havia prometido qualquer redução de impostos, far-se-á uma reavaliação se for possível na sessão da Assembleia Municipal de dezembro quanto a um aumento ou redução da receita do IMI. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra da bancada da coligação do P.S.D/C.D.S.-----

---- *Ponto Quarto da Ordem do Dia* **“Taxa Municipal do Direito de Passagem – Percentual a aplicar em 2015”** – aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* reiterou a posição assumida pela bancada do P.S.D/C.D.S da Assembleia Municipal de Mangualde relativamente a esta taxa e à participação no IRS, que era de abstenção.-----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada da coligação do P.S.D/C.D.S.-----

---- *Ponto Quinto da Ordem do Dia* **“Participação no IRS em 2015”** – aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada da coligação do P.S.D/C.D.S.-----

---- *Ponto Sexto da Ordem do Dia* **“Regulamento de Cadastro e Inventário do Património do Município de Mangualde”** - aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que a sua bancada nada tinha a objetar pelo que votariam favoravelmente.-----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- *Ponto Sétimo da Ordem do Dia* **“Regulamento de Pesca Desportiva de Mangualde na concessão do rio Dão”** - aprovação e votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* referiu que também neste ponto nada havia a objetar, mas questionava o senhor presidente da Câmara Municipal de Mangualde se este regulamento visava uma futura concessão daquela zona e o que era que estava pensado e se havia alguma entidade que estivesse prevista concorrer a esta concessão. -----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* informou que a Câmara Municipal aguardava a aprovação de participação de fundos comunitários para a criação de uma pista de pescas. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

---- *Ponto Oitavo da Ordem do Dia* **“Relatório de Acompanhamento do PAEL – 5º trimestre de execução”** – aprovação e votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal -----

----- O senhor *Rui Vaz* reconheceu que o senhor Dr. *João Azevedo* teve um ato de coragem por ter assumido uma Câmara Municipal com a dívida que tinha, mas não compreendia o porquê de haver a necessidade de reduzir a dívida e não se negociar os empréstimos existentes. -----

----- Outro assunto que gostaria de ser esclarecimento dizia respeito ao PAEL, nas “transferências correntes” existia a rubrica “outras” com a verba de 34955,00€ (trinta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco mil euros) e a rubrica para as freguesias estava a zero. -----

----- O senhor *Rui Vaz* agradeceu também as palavras do senhor Dr. *Sobral Abrantes* por ter referido o nome do senhor Dr. *Ramiro do Couto* que foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Mangualde que era do C.D.S e que deixou as contas da autarquia equilibradas e com dinheiro no banco. -----

----- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* esclareceu que relativamente à questão do PAEL iria solicitar ao senhor chefe de divisão financeira para o informar sobre o assunto em causa. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Também no que se refere às negociações sobre as taxas de juros dos empréstimos feitos à Câmara Municipal de Mangualde, foi solicitada uma renegociação ao banco e já havia informação positiva quanto a essa matéria. -----

----- Tomou a palavra o senhor Dr. *Sobral Abrantes* para dizer que a bancada da coligação iria alterar a posição de voto porque as circunstâncias mudaram. Entendia que qualquer instituição bancária que negocia com uma câmara municipal nestes valores devia ser parceira, não num só negócio, mas também para os próximos, e quando se verifica que a Câmara Municipal de Mangualde paga taxas de juro de 7% eram valores que no mercado atual eram excessivos, não estavam de acordo com o que era cobrado a outras entidades para estes montantes. Qualquer negociação não dependeria só da Câmara Municipal, depende do banco, mas havia que lembrar à instituição bancária que tinham que ser parceiros e que não podiam beneficiar da situação para cobrar uma taxa de juro que nas atuais condições de mercado a generalidade das empresas paga taxas inferiores. -----

---- Congratulava-se que o senhor presidente da Câmara Municipal já tivesse começado a negociar e certamente que a instituição bancária quando refletisse iria perceber que não deveria cobrar um valor tão elevado, porque a manter-se a referida taxa de juro a Câmara Municipal teria que encetar diligências junto do governo, no sentido de haver legislação que permitisse liquidar este empréstimo e contrair um novo noutras condições. -----

---- Face ao valor que estava a ser cobrado à Câmara Municipal de Mangualde e que visava os mangualdenses, a bancada da coligação não poderia votar favoravelmente, manifestando assim um voto político, de alerta, para que a Câmara Municipal de Mangualde reveja as condições do empréstimo junto da instituição bancária, pelo que se iriam abster. -----

---- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* disse que a senhora Dr.^a Fátima Tavares já tinha alertado para o facto das taxas de juros dos empréstimos da Câmara Municipal de Mangualde serem elevadas, pelo que o caso estava a ser tratado. Informava também que tinha que haver autorização do Estado para rever as taxas de juro, mesmo quando eram para baixar, e lembrava o senhor Dr. Sobral Abrantes que quando ele era vereador e o processo de empréstimo foi apresentado as taxas em vigor eram as que se mantêm hoje. ----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* confirmou que na altura em que era vereador a taxa de juro era de 7%, mas que ele tinha votado do lado do senhor Presidente da Câmara Municipal, mas reconhecia que se fosse agora tinha votado de maneira diferente porque a abertura do concurso foi feita nos moldes técnicos apresentados e que determinaram a exclusão de outras entidades bancárias com taxas de juro inferiores. Se a abertura do concurso tivesse sido em moldes diferentes tinha permitido que outras entidades bancárias se candidatassem e dividir os financiamentos. Ficava a anotação para uma reflexão futura e para que os técnicos que elaboram os processos de concurso ponderem melhor as propostas.-----

---- O senhor Dr. *João Azevedo* informou que na altura havia que resolver rapidamente a questão e havia sido aprovado o PAEL e o Plano de Saneamento. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada da coligação do P.S.D/C.D.S.-----

---- **Ponto Nono da Ordem do Dia “Adenda aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Protocolos de Colaboração com as Juntas de Freguesia de: Abrunhosa-a-Velha, Espinho, Fornos de Maceira Dão, São João da Fresta e União das Freguesias: de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, de Tavares”** - Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal -----

----- O senhor Dr. *Sobral Abrantes* disse que os contratos interadministrativos de delegação de competências e protocolos de colaboração decorriam de alterações legislativas e a bancada do P.S.D/C.D.S nada tinha a opor, mas o voto teria de ser igual ao voto que foi manifestado aquando da apresentação/apreciação dos contratos interadministrativos que foi a abstenção, não por discordância da delegação de competências, mas porque não existiam estudos económicos para que se pudesse apurar que as verbas a transferir correspondiam aos trabalhos que tinham que ser executados. -----

---- Interveio o senhor *Marco Almeida* para dizer que o que estava em causa era formalizar a forma de apoio prestada às juntas de freguesia. Se no passado mês de maio ainda não era possível saber se neste momento seria exequível ou não, as verbas apresentadas naquela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

altura, era porque nesse momento também não existiam nem projeto nem caderno de encargos. A bancada do P.S considerava que estas eram obras fundamentais nas juntas de freguesia e que iriam permitir resolver os problemas dos fregueses. -----

---- Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da bancada da coligação do P.S.D/C.D.S, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para celebração das adendas aos contratos interadministrativos entre as Juntas de Freguesia referidas e a Câmara Municipal de Mangualde. -----

---- *Ponto Décimo da Ordem do Dia* “**Situação económica e financeira do Município de Mangualde** - Informação do Revisor Oficial de Contas nomeado pela A.M.M.” – conhecimento -----

----- O senhor *Rui Vaz* disse ter analisado o documento em causa e que por isso tinha algumas dúvidas, em sua opinião existia um erro por parte da autarquia, onde dizia “certificação legal de contas” devia dizer “parecer” porque a certificação deverá ocorrer no final do ano, do exercício económico e também porque o revisor só analisou ainda meio ano de atividade. -----

----- Neste parecer o revisor expressa que não foram feitas operações de inventariação, cálculo de amortizações do semestre e não se procedeu à conferência externa de saldos, assim sendo questionou sobre qual teria sido o critério, a percentagem utilizada para poder dar o parecer. Relativamente ao balanço e à demonstração de resultados também tinha algumas dúvidas que gostaria de ver esclarecidas: como era composto o valor do ativo contabilizado na conta duzentos e sessenta e oito, “outros devedores”, de cerca de 90000,00€ (noventa mil euros). -----

----- Todas as questões levantadas pelo senhor Rui Vaz ficam digitalizadas e fazem parte integrante da presente ata. -----

----- O senhor *Presidente da Câmara Municipal* solicitou que fossem entregues as questões do senhor Rui Vaz à senhora Presidente da Assembleia Municipal de Mangualde com o intuito de lhe serem reencaminhadas para que ele pudesse dar seguimento/resposta através do chefe da divisão financeira da Câmara Municipal. -----

---- A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- *Ponto Décimo-Primeiro da Ordem do Dia* “Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 20 de junho a 16 de setembro, ao abrigo da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal de Mangualde, em 19 de dezembro de 2013, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2” – conhecimento -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia. -----

---- A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

---- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

---- Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

---- Não havendo mais nada a tratar, a senhora *Presidente da Assembleia Municipal* propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade, e assinada pelos membros da Mesa. -----

---- Em seguida, quando eram vinte e três horas do dia vinte e seis de setembro, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a. -----

----- Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -

O/A Presidente,

O/A 1º/a. Secretário/a,

O/A 2º/a. Secretário/a,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Encaminhe-se ao Sr. Presidente de C.M. para que possa solicitar informação/esclarecimento aos serviços competentes.

Assembleia Municipal de Mangualde

26/09/2014

"Ponto Décimo da Ordem do Dia"

26.09.14

(Louçã)

RESPONSABILIDADE DO ROC:

Ponto nº 2 - Dar um Parecer com base numa revisão efectuada aos primeiros 6 meses e não a Certificação !!

QUESTIONA-SE:

Por ser indispensável às Demonstrações Financeiras e não tendo o ROC validado 100% dos saldos das contas de terceiros, QUAL FOI A PERCENTAGEM que serviu para considerar com "FIABILIDADE" este Parecer ??

Por outro lado como é feito e autorizado o movimento de entradas e saídas do Estaleiro, para se poder controlar todo o Inventário de Mercadorias/ Mat. Primas ?? POIS O ROC, DIZ NO PARECER QUE " **NÃO SE EFECTUARAM OPERAÇÕES DE INVENTARIAÇÃO, CALCULO DAS AMORTIZAÇÕES DO SEMESTRE E NÃO SE PROCEDEU À CONFERÊNCIA EXTERNA DE SALDOS**". Pag.4 (informação s/ situação económica e financeira)

PROVISÕES DO EXERCÍCIO : O TOTAL das Provisões foi de 2.017.116,10€, sendo que 125.569,42€ diz respeito a Provisão p/ Cobranças Duvidosas, a diferença diz respeito a vários Processos em Curso, saber se são processos recentes ou antigos ?? Se são Processos Antigos, saber porque é que nunca tinha sido criada nenhuma Provisão ??

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

NO BALANÇO:

1º Como é decomposto o valor Activo contabilizado na conta 268 (outros devedores), no valor de 90.000,00€ Valor este exactamente tão certinho ??

2º- A que corresponde o valor contabilizado no Activo na conta 271 (acrécimo de proveitos), no valor de 1.719.101,42€ ?? A respectiva despesa correspondente, já foi realizada e contabilizada ??

3º- No que diz respeito ao Passivo, saber o que está contabilizado na conta 292 (provisões p/ riscos e encargos), no valor de 1.634.843,85€ ??

4º- A que diz respeito os valores contabilizados no Passivo, na conta 274 (proveitos diferidos), no valor de 9.973.783,72€ ?? A respectiva despesa correspondente, já foi realizada e contabilizada ??

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

1º Aumento dos custos c/ salários de cerca de 37.000,00€, é correspondente a um aumento na contratação de novos funcionários e de quantos ??

Pois não deve ser referente ao aumento dos salários, uma vez que estão congelados.

2º Na conta 61 (custo mercadorias vendidas e mat. Consumidas), porque razão estão a ZERO as Mercadorias ?? (em Junho/2013 = 241.657,09€ em Junho/2014 = 277.937,10€.....falta saber quanto foram as Compras em 2014, para se poder Cálcular o CEVMC !!!!)

3º Os custos financeiros, conta 68, comparada com o período homologo em 2013 foi de 111.198,23€ e em 2014 foi de 242.257,45€, **como é que se justifica este aumento de 131.059,22€** (118% face ao período homologo)

»» Qual é a Instituição Bancária ??

»» Porque não se negocia com a Instituição em causa a redução dos Juros ??

»» Porque razão a Autarquia, não consulta outras Instituições Bancárias que possuam Taxas mais atractivas ??